**Plataforma UNE Pelo Brasil**

1. Soberania e desenvolvimento nacional:
   1. Mudança da orientação macroecômica do próximo governo, combatendo o cambio flutuante, o superávit primário e os juros altos. Por uma política financeira que privilegie os trabalhadores. Não às pressões do mercado!
   2. Auditoria e suspensão do pagamento da Dívida Pública, tendo como base os estudos da Auditoria Cidadã da Dívida; pelo fim da política de Superávit Primário;
   3. Redução da Taxa Selic em patamares internacionais a fim de que se abra um novo ciclo de desenvolvimento no país;
   4. Pela Soberania em relação a política cambial, que o Banco Central esteja submetido aos interesses da nação e não a de especuladores, internacionais, como o FMI e o Banco Mundial;
   5. Expansão de crédito, em especial para as micro e pequenas empresas, como forma de incentivo ao desenvolvimento nacional.
   6. Reforma Agrária Popular, de caráter anticapitalista, que democratize o acesso à terra e destine-a para quem nela trabalhe;
   7. A consolidação de políticas para o fortalecimento da agricultura familiar e da produção agroecológica que forneça alimentos saudáveis e vise a soberania alimentar, garantindo condições reais para a disputa do modelo hegemônico agrícola atual.
   8. Investimento em produção de tecnologia nacional que permita a construcao de um projeto energético que priorize fontes limpas e renováveis e que esteja acessível ao povo e sob seus interesses.
   9. Por um projeto de desenvolvimento econômico que não comprometa os recursos naturais, o meio ambiente e os povos tradicionais do país;
   10. Não à Lei Anti-Terror, ou qualquer outra iniciativa que venha reduzir nossas liberdades democráticas;
   11. Reforma Tributária que desonere os mais pobres e taxe as grandes fortunas a fim de financiar os serviços públicos;
   12. Demarcação dos legítimos territórios de povos tradicionais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos;
   13. Não ao Leilões do Petróleo;
   14. Não aos leilões de portos, aeroportos e rodovias;
   15. Fortalecimento do papel do Estado no controle de setores estratégicos da economia; revisão das privatizações com vistas à reestatização das empresas privatizadas;
   16. Acelerar e radicalizar a integração latino-americana e caribenha, valorizar a relação com Sul-Sul,  com uma política externa que confronte os interesses dos Estados Unidos e do imperialismo,
   17. Reforma do poder judiciário com o fortalecimento do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e com a garantia do acesso a justiça todos.
   18. Redução da jornada de trabalho, para 40 horas semanais, sem redução de salários. Ratificação da Convenção 158 da OIT que impede a demissão imotivada;
   19. Eliminação do fator previdenciário e política de valorização dos aposentados;
   20. Manutenção da política de valorização do salário mínimo;
2. Pelo aprofundamento da nossa democracia! Reforma Política Democrática já!

2.1) Compromisso pela realização de um plebiscito que convoque uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político que tenha como objetivo consolidar e ampliar a nossa democracia;

2.2) Apoio e participação da Coalizão pela Reforma Política Democrática, com a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular;

2.3) Fim do financimento privado em campanhas eleitorais;

2.4) Paridade entre homens e mulheres nos cargos proporcionais;

2.5) Voto em lista fechada para a redução do personalismo, por uma disputa eleitoral que se valorize às ideias e alternância de genêro nas listas;

2.6) Maior participação popular nas decisões do país.Aperfeiçoamento e simplificação dos mecanismos de convocação de consultas, referendos e plebiscitos populares; ampliação dos mecanismos de controle social, Pela efetiva implementação do Sistema Nacional de Participação Social

1. Por um novo Marco Regulatório nos Meios de Comunicação:

3.1) Pela aprovação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Campanha “Para Expressar a Libedade”, que visa regulamentar os meios de comunicação no país;

3.2) Probição de formação de Oligopólios midiáticos;

3.3) Fortalecimento das TV’s e Rádios Comunitárias;

* 1. Aprovação do Projeto de Lei de Cultura Viva, que tem como objetivo valorizar a produção cultura regional do Brasil;
  2. Por um Ministério das Comunicações a serviço do povo, e não dos oligopólios da mídia;
  3. Apoio a produção cultural brasileira independente
  4. Pela ampliação do acesso a internet banda larga, por meio de empresas públicas. Por um sistema nacional de banda larga.
  5. Não às renovações automáticas de concessões públicas às transmissoras de radiodifusão; participação e controle popular sobre os processos de renovação, para a garantia das contrapartidas sociais das empresas detentoras das concessões;

1. Por uma nova política de segunça pública! Mais direitos para a juventude!

4.1) Pela Desmilitarização da Polícia com a aprovação da PEC 51/2013;

4.2) Pelo fim dos Autos de Resistência com a aprovação do PL 4.471/13;

4.3) Pelo fim do extermínio da juventude negra;

* 1. Por mais recurso para a efetiva implementação da Lei Maria da Penha;
  2. Fim da política de Guerra às Drogas, na qual juventude pobre e negra da perfieria é a maior vítima;

4.5) Criminalização da homofobia com a PL 122;

4.6) Pela garantia das liberdades religiosas e orientações sexuais. Contra o machismo, racismo, homofobia, lesbofobia e transfobia.

4.7)        Efetivação e apoio às demarcações de terras, proteção à vida, e atendimento a outras demandas e aspirações dos povos indígenas e dos quilombolas. Compromisso com a efetivação da Convenção 169 da OIT

1. Por uma nova Universidade! Reforma Universitária JÁ!

5.1) Pela implementação e cumprimento de todas as metas do Plano Nacional de Educação! 10% do PIB para Educação PÚBLICA!

5.2) Por uma política de expansão de vagas do ensino superior público a fim de se atingir a universalidade no acesso.

5.3) Pela aprovação do Projeto de Lei de Reforma Universitária da UNE, que democratize a administração da Universidade dando um maior protagonismo aos estudantes na construção do ensino superior, paridade nos orgãos colegiados de decisão, fim da lista tríplice e eleições diretas e paritárias (1/3 estudantes, 1/3 professores e 1/3 técnicos-administrativos) para reitores/as, diretores/as e coordenadores/as;

5.4) Fortalecimento da Assistência Estudantil com a valorização do PNAES! Queremos R$2,5 bilhões já em 2015 com uma política de reajuste anual. A aprovação do PL 4780/14, que destina, para cada estudante do PROUNI, uma bolsa auxílio.

5.5) Criação de Praças Universitárias com creche, -restaurante, moradia e área de lazer e cultura, financiadas pelo poder público;

5.5) Regulamentação do Ensino Superior Privado! Aprovação do INSAES já! Fim do capital estrangeiro e da financeirização das Universidades! Educação não é mercadoria! Educação não é para especular!

5.6) Intervenção e estatização das Universidades privadas em graves crises;

5.7) Vincular os Royalties do Minério para Educação Pública e Ciência e Tecnologia;

5.8) Aprovação do PL da UNE de Segurança nos Campi, que visa resgatar nos quadros de servidores da Universidade o Vigilante orgânico, instituindo um Conselho de Segurança com a participação de estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes, das comunidades do entorno e todas as esferas do poder público;

5.9) Pelo fim do processo de terceirização dos serviços e pela contratação de servidores efetivos para os quadros técnicos administrativos.

1. Por cidades mais humanas!

6.1) Por uma Reforma Urbana que dê fim a especulação imobiliária e garanta o direito a moradia para todas e todos;

6.2) Passe-estudantil para todos/as os estudantes, sem nenhum tipo de restrição;

* 1. Criação de espaços de cultura e lazer aos jovens, sobretudo para a juventude das periferias;

1. Sáude Pública:

7.1) Fortalecer o SUS como um sistema público e universal, defender o SUS como direito de todos e dever do Estado, para que se consolide como sistema público, gratuito, eficiente e de qualidade, alicerçado nos princípios da universalidade, integralidade, equidade e igualdade na atenção à saúde, comprometido com a defesa da vida

7.2) Nem menos, nem depois! Aprovação do PLP 321/13 já! Com a destinação dos 10% do Orçamento Bruto da União para a área da saúde.

7.3) Fortalecer a política nacional de saúde mental, segundo os princípios da reforma psiquiátrica brasileira e da luta antimanicomial, pelo fim das ações de internação compulsória de usuários de substâncias psicoativas.

          7.4) Pela Legalização do Aborto

8) Política Externa

* 1. Acelerar e radicalizar a integração latino-americana e caribenha, valorizar a relação e cooperação Sul-Sul, com uma política externa que confronte os interesses dos Estados Unidos e seus aliados.
  2. Aprofundar as experiências de projetos de integração, autônoma e antissistêmica e antiperialista da America Latina e America do Sul como a CELAC, UNASUL e ALBA, visando construir um novo bloco histórico capaz de disputar os rumos do sistema internacional.,